

var essas contas desse governo que não obedece às orientações constitucionais, aquilo que está na Constituição e aquilo que o próprio Tribunal de Contas coloca?

Ai a gente começa a ficar com dúvida do Tribunal de Contas do Estado, porque é impossível todos os anos levantar os mesmos problemas e encaminhar para a Assembleia Legislativa. Só que usa apenas a palavra “ressalva”, que já virou uma palavra que não tem tanta importância para o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Quando chega aqui na Assembleia Legislativa, talvez a grande maioria coloque o seguinte: “Isso já teve nos anos passados e nós aprovamos”. Por isso que a bancada do PT nunca votou favorável a nenhuma conta do governo do PSDB nestes últimos 27 anos, nenhuma, porque não dá para admitir não aplicar o dinheiro necessário e constitucional na Saúde e na Educação.

É um absurdo, você corta dinheiro de áreas importantes. Tirar dinheiro, num ano de pandemia, num ano de aumento de pobreza por um governo federal incompetente, e aí o estado de São Paulo poderia fazer a diferença.

Num ano que teve superávit de 7,7 bilhões, ele tirou dinheiro da Assistência Social. Por conta disso, deixou de colocar dinheiro em programas que poderiam minimizar o grande problema que a população do estado de São Paulo sofreu.

Deputado Barba, em plena pandemia, nós tivemos que fazer manifestações lá no Grajaú, na Belmira Marin, para não fechar o Bom Prato, sendo que os viadutos, os cruzamentos, estão cheios de moradores em situação de rua, e com um detalhe. Antigamente os moradores em situação de rua normalmente eram jovens com problemas de drogas, de álcool, idosos com problemas familiares, problemas de saúde.

Hoje você vê famílias inteiras - marido, mulher, filhos, crianças, cachorro, tudo mundo - morando debaixo do viaduto e na rua por conta dessa miséria que assola o País e o estado de São Paulo também.

Falo isso porque o estado de São Paulo poderia ser diferente e não poderia tirar dinheiro de áreas sociais. Diminuir dinheiro, deputado Dr. Jorge, como a gente ouviu em todas as audiências públicas no estado de São Paulo para discutir Orçamento.

Não é na área de grandes rodovias, onde cobram pedágios e que as estradas são boas, mas naquelas estradas que o pequeno produtor precisa para escoar a produção, para vender a sua produção.

Quantos relatos nós ouvimos de pessoas que colheram, plantaram, colheram e perderam a mercadoria porque não tinham como escoar, vender? Isso não foi nem em um, nem em dois lugares: foi na grande maioria das audiências públicas por esse Estado afora. Eu me lembro em uma audiência pública, deputada Bebel, nossa líder, no Vale do Ribeira, que também tem problemas de estradas, e muito, para escoar produção.

Mas lá tem um problema que se repetiu em outras regiões. As pessoas têm estrada para poder explorar o que é uma fonte de renda: o turismo. Para você visitar toda aquela região, precisa de estradas boas, porque, se um turista vai para lá e atola o carro, ele nunca mais vai voltar para lá e faz a propaganda negativa que lá não pode ser visitado porque não tem estradas.

Então essa é a situação do governo do estado de São Paulo, e isso é colocado pelo Tribunal de Contas como ressalva. Agora, ressalva, deputado Campos Machado, todos os anos são as mesmas ressalvas, e a gente não toma uma decisão mais completa.

Nós já temos um problema nesta Casa de que muitas dessas ressalvas aqui, inclusive, são dos investimentos. A questão do Metrô, a questão da CPTM, a questão do Rodoanel, e são sempre colocadas como ressalvas.

A Assembleia Legislativa sempre arquiva ou não deixa criar CPLs para investigar os problemas que são denunciados pela população e pelos deputados desta Casa.

Tanto é que há poucos dias foi enterrado o pedido de CPI da Dersa, que tinha as assinaturas completas, entrou na fila, mas, de repente, de uma hora para outra, simplesmente sumiu. Foi dada uma canetada e foi inviabilizada uma CPI que poderia investigar grandes escândalos, principalmente na área do Transporte, que era a CPI da Dersa.

Então Srs. Deputados e Sras. Deputadas, não dá para votar favorável às contas do governador, porque é a 27ª conta que chega aqui na Assembleia Legislativa com análise do Tribunal de Contas; se repetem todos os anos os mesmos problemas e não se tomam providências.

Simplemente é aprovado por uma maioria e, ano que vem, quando a gente for analisar as contas de 2021, vocês podem ter certeza de que nós vamos subir aqui na tribuna e vamos fazer a mesma avaliação, com as mesmas ressalvas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Na verdade, o que nós precisamos no ano que vem é tirar esse governo incompetente, esse governo que não olha pelo lado social aqui no estado de São Paulo há 27 anos. Por isso, o voto da bancada do Partido dos Trabalhadores é contrário às contas de 2020 do governador Doria do estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Obrigado. Para encaminhar pela liderança da Minoria, o deputado Dr. Jorge do Carmo.

O SR. DR. JORGE LULA DO CARMO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, primeiro quero agradecer ao deputado José Américo, líder da Minoria, por ter me concedido encaminhar aqui pela liderança da Minoria. Sras. Deputadas, Srs. Deputados, eu me inscrevi para encaminhar para falar sobre o PDL 84, de 2021. Só peço licença a V. Exas. para falar rapidamente de um outro assunto e já retomo aqui a questão das contas do governador.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, a gente tem visto aí o governador na contramão daquilo que o Brasil, em algumas questões, o Congresso Nacional aprovou.

Nós temos vários problemas de falta de moradia, de despejos administrativos e de reintegrações de posse. Nós temos diversos problemas que vêm acontecendo, e sabidamente o ministro do STF Luiz Roberto Barro suspendeu as ações de reintegrações, o cumprimento de ordens judiciais em ações de reintegração de posse.

Era até dezembro, 31 de dezembro, até 31 de março, por entender que, em tempos de pandemia, deputada líder, não é possível a gente ver as pessoas perderem as suas casas e não terem dinheiro para sequer pagar aluguel ou ir morar em qualquer outro lugar. Sequer para comida têm, que dirá para pagar aluguel ou para comprar uma moradia decente, uma moradia digna.

Por isso que o governador... E nós aprovamos um projeto aqui, o Projeto 146, e foi vetado. Foi aprovado por esta Casa e vetado pelo governador João Doria. Lá no Congresso Nacional, os deputados e deputadas aprovaram, o presidente Bolsonaro vetou, e os deputados derrubaram o veto. Ou seja, está valendo a lei que suspende as reintegrações de posse, o cumprimento de ordens judiciais.

Mas aqui, no estado de São Paulo, o governador João Agripino Doria, insensível, vetou o nosso projeto, projeto de autoria deste deputado, da deputada Leci Brandão e do deputado Maurício. E sinceramente acha que ele não tem nada a ver. Ontem mesmo, nós vimos, no SP 2, na TV Globo, pessoas no município de Itapevi, na região metropolitana, que estão perdendo as suas moradias exatamente porque não conseguem pagar aluguel.

Ou seja, em tempos de pandemia é preciso que o estado estenda a mão, e não coloque a força do estado para tirar as pessoas das suas moradias e perder aquilo que elas têm, muitas vezes, de mais sagrado, que é um teto para habitar sua família.

Por isso, Sr. Presidente, eu não poderia deixar de falar do meu repúdio a essa questão que está acontecendo no estado de São Paulo, por pura insensibilidade do governador João Agripino Doria.

Mas, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, eu me inscrevi para fazer o encaminhamento sobre o PDL 84, de 2021, que versa sobre as contas do governador João Doria. Todas as pessoas que aqui vieram já mencionaram exatamente as atrocidades que têm nas contas. Não é possível, como foi falado aqui, que alguma conta seja aprovada com 128 ressalvas. É muita coisa; elas deveriam ser rejeitadas.

Então, as deputadas e deputados que forem votar a favor têm que ter isso em mente. É preciso corrigir, primeiro, essas ressalvas, para que nós possamos avaliar se elas deverão ser aprovadas ou não.

Vamos avaliar alguns casos. Na Secretaria de Logística e Transporte, 1,92 bilhão foi cortado do DRE; 1,9 bilhão. Nós não estamos falando de mil, estamos falando de bilhão, deputado Nishikawa. Cortes em áreas em que deveria ter investimento, e não o que está acontecendo.

Na Secretaria de Transportes Metropolitanos, nós temos também cortes de 192 milhões. Agora, esta semana nós estamos na estação da CPTM de Guaiunazes, da Linha 11-Coral, e lá não tem acessibilidade, não tem elevador, não tem escada rolante. As pessoas têm que subir a escada ou têm que dar uma volta ao mundo para acessar a plataforma da estação.

Se formos à Linha12-Safira, nós temos estações, por exemplo Aracaré, estação Engenheiro Manuel Feio, estação Itaquaquecetuba: faz vergonha dizer, deputado Barba, que uma estação daquela é no estado de São Paulo. Não tem nenhuma condição de acessibilidade, modernização ou segurança. Mas não, o governador, nessa secretaria, corta 192 milhões.

Na Educação, como também já foi mencionado aqui, corte de 73 milhões para as creches. Creche é necessário, o estado precisa promover a construção de creche para que a gente garanta que as mães possam ir trabalhar e deixar seus filhos num local seguro. E é Educação. Hoje nós chamamos as creches de CEI - Centro de Educação Infantil, ou seja, são os primeiros momentos em que as crianças poderão estar estudando. O cuidar e o educar. Nas Fatecs, nem se fala: 14,7 milhões de cortes. E por aí vai.

No Trabalho, a gente aprovou aqui nesta Casa o “Bolsa do Povo”, que é a condição para estender-se a mão para a população num momento difícil. Tem um vice-prefeito de Caiuá, município a mais de 600 quilômetros de São Paulo, dizendo que as pessoas estão lá, as pessoas do “Bolsa Trabalho”, há mais de dois meses sem receber o bolsa-trabalho, que é um dinheiro, um recurso, para que as pessoas sobrevivam num momento tão difícil.

Nós aprovamos aqui por unanimidade que o bolsa-trabalho é importante, mas se está fazendo o corte de 17,5 milhões, é por isso que não paga, é por isso que lá na ponta as pessoas acabam não recebendo. Se formos para a Saúde, ainda também temos cortes: 3,4% na assistência médica; 59 milhões na fabricação de remédios, e por aí vai; na Segurança Pública 2,2 bilhões.

Como é que nós vamos aprovar as contas do governador se, na verdade, a gente só vê cortes, só vê ressalvas, só vê problemas, só vê falta de transparência, só vê dificuldades que são colocadas, apontadas, inclusive pelo Tribunal de Contas do Estado? E vem aqui para a Assembleia Legislativa, para que nós chancelamos, para que nós homologuemos algo que, percebe-se, salta aos olhos, que não é transparente, que deixou de investir onde deveria investir.

Nós não podemos deixar de apontar esses erros e colocar mais ressalvas, e muito mais ressalvas, mais do que aquelas que foram apontadas. No desenvolvimento social, Viva Leite é um programa até de combate à fome e à miséria que nós estamos passando em tempo de pandemia, pois o governador... cortes, mais cortes, 20,8 milhões, 11% no programa Viva Leite. E aí vai na questão da vulnerabilidade social, na questão da habitação.

A gente teve aqui foi a autorização, evidentemente sem o nosso voto, sem o voto da bancada do Partido dos Trabalhadores, autorização para a extinção da CDHU. Na verdade, ao invés de se investir em uma empresa que constrói moradia para a população de baixa renda, não: a gente vê corte nos programas sociais, corte na questão da moradia, corte na questão do Cidade Legal.

Tem um programa do Governo do Estado, da Secretaria de Estado da Habitação, chama Cidade Legal. Olha que maravilha. Mas falta investimento, falta colocar recurso para que a cidade fique legal, porque a gente vai lá na cidade, seja no interior ou na Grande São Paulo, e eles falam: “Olha, eu quero regularizar, mas o Governo do Estado precisa ajudar”, porque o município não tem técnicos, não tem assessoria técnica para poder fazer com que esse programa funcione. E eu já destinei recursos das minhas emendas parlamentares para isso.

Então, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, por essas e outras tantas razões é que eu votei lá na Comissão de Fiscalização e Controle, eu votei contrário à aprovação do PL nº 84, de 2021.

Nós também vamos votar contrário. Esta bancada do Partido dos Trabalhadores não pode chancelar, não pode concordar com as contas do governador que chegam aqui, e os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas, no afã, na pressa, de irmos embora...

Eu também quero desaconsar, todos nós queremos, mas não dá para a gente, a toque de caixa, aprovar as contas sabendo e chegando em casa com a consciência tranquila.

Temos que ter certeza de que vamos trabalhar aqui, chegar em casa e ninguém vai dizer: “Olha, você aprovou as contas do governador lá, com tudo aquilo que vocês falaram, com tudo aquilo que foi apontado pelo Tribunal de Contas. Como é que você consegue dormir com a sua consciência tranquila?”

Por isso, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nós vamos votar contrário ao PDL nº 84 que tenta aqui aprovar as contas do Sr. Governador.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Pela ordem, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Pela ordem, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Pois não, deputada Professora Bebel.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Para pedir uma verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - É regimental a verificação. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, vamos proceder à verificação de votação pelo sistema eletrônico.

A partir deste momento, estamos fazendo soar o sinal intermitente por quatro minutos para que as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que não se encontram em plenário tomem conhecimento da votação que se realizará.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - Pela ordem, presidente. Para colocar o PSL em obstrução, Excelência.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - A deputada Janaina, líder do PSL, coloca o partido em obstrução.

Apenas para um comunicado, o deputado Coronel Telhada testou positivo Covid, está em casa até o dia 22, mas está com sintomas leves.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Pela ordem, Sr. Presidente. Para colocar a bancada do Partido dos Trabalhadores em obstrução. Deputada Valeria Bolssonaro.

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PRTB - Para colocar o PRTB em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Deputada Valeria Bolssonaro coloca o PRTB em obstrução. Deputada Marta Costa.

A SRA. MARTA COSTA - PSD - Colocar o PSD em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - PSD em obstrução. Deputado Walter Vicioni.

O SR. PROFESSOR WALTER VICIONI - MDB - O MDB em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - O MDB em obstrução. Deputado Sebastião Santos.

O SR. SEBASTIÃO SANTOS - REPUBLICANOS - Para colocar o Republicanos em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Republicanos em obstrução. Deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - PSOL em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - PSOL em obstrução. Deputado Gil Diniz.

O SR. GIL DINIZ - SEM PARTIDO - Obstrução, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Obstrução do deputado Gil Diniz.

O SR. GIL DINIZ - SEM PARTIDO - Presidente, só uma dúvida: já pode votar “não” neste momento? Só nos terminais?

O SR. EDSON GIRIBONI - PV - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Pela ordem, deputado Edson Giriboni.

O SR. EDSON GIRIBONI - PV - Para colocar o PV em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - PV em obstrução.

O SR. MILTON LEITE FILHO - DEM - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Pois não, deputado Milton.

O SR. MILTON LEITE FILHO - DEM - Democratas em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Democratas em obstrução.

A SRA. ANALICE FERNANDES - PSDB - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Pois não, deputada Analice Fernandes.

A SRA. ANALICE FERNANDES - PSDB - PSDB em obstrução também.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - O Partido da Social Democracia em obstrução.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Pela ordem, Altair Moraes.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Para colocar o Republicanos em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Republicanos em obstrução. Pela ordem, deputado Ricardo Madalena, líder do Partido Liberal.

O SR. RICARDO MADALENA - PL - Para pôr o PL em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - PL em obstrução. Deputada Adriana Borgo.

A SRA. ADRIANA BORG - PROS - Pela ordem, Sr. Presidente. Para colocar o PROS em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - PROS em obstrução. Deputado Sergio Victor, por favor, abaixe um pouquinho esse microfone, porque senão... Isso.

O SR. SERGIO VICTOR - NOVO - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Pois não, deputado Sergio Victor.

O SR. SERGIO VICTOR - NOVO - Colocar o Novo em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Novo em obstrução.

Tendo transcorridos os quatro minutos, o sistema eletrônico ficará aberto para que as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados votem “sim”, “não” ou registrem “abstenção” nos terminais dispostos em suas mesas.

O SR. MARCIO DA FARMÁCIA - PODE - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Pois não, deputado Marcio da Farmácia.

O SR. MARCIO DA FARMÁCIA - PODE - Colocar o Podemos em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - O Podemos em obstrução.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados que não conseguiram registrar seus votos, estarão abertos os microfones para que votem “sim”, “não” ou “abstenção”.

O SR. DELEGAÇÃO OLIM - PP - Pela ordem, Sr. Presidente. Coloco o Progressistas em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Progressistas em obstrução.

O SR. ALEXANDRE PEREIRA - SD - Coloco o Solidariedade em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Solidariedade em obstrução.

O SR. CARLOS CEZAR - PSB - Pela ordem, Sr. Presidente, coloco o PSB em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Coloca o PSB em obstrução.

O SR. CAMPOS MACHADO - AVANTE - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Pois não, deputado Campos.

O SR. CAMPOS MACHADO - AVANTE - Sr. Presidente, são 48 votos “sim” ou...

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Maioria simples. Já estão aprovadas as contas.

* * *

- Verificação de votação pelo sistema eletrônico.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Alguns deputado gostaria de alterar o seu voto? Não havendo alteração de voto, vamos proclamar o resultado: 48 votos “sim”, 25 votos “não”, mais este presidente, 69 votos totais, quórum que aprova o Decreto legislativo nº 84, de 2021.

Convocação. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nos termos do Art. 18, inciso III, alínea “d”, combinado com o Art. 45, § 5º, ambos do Regimento Interno, convocoo reunião extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça a realizar-se amanhã, às 10 horas, em ambiente virtual, com a finalidade de oferecer a redação final do Projeto de lei nº 786, de 2021.

Nos termos do Art. 18, inciso III, alínea “d”, combinado com o Art. 68, ambos do Regimento Interno, convocoo reunião conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Transportes e Comunicação e de Finanças, Orçamento e Planejamento a realizar-se amanhã, às dez horas, em ambiente virtual, com a finalidade de apreciar o Projeto de lei nº 868, de 2021, de autoria do Sr. Governador.

Nos termos do Art. 18, inciso III, alínea “d”, combinado com o Art. 68, ambos do Regimento Interno, convocoo reunião conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Defesa dos Direitos das Pessoas a realizar-se amanhã, às dez horas, em ambiente virtual, com a finalidade de apreciar o Projeto de lei nº 807, de 2021, de autoria da nobre deputada Leci Brandão e do nobre deputado Milton Leite Filho.

Nos termos do Art. 18, inciso III, alínea “d”, combinado com o Art. 68, ambos do Regimento Interno, convocoo reunião conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Administração Pública e Relações do Trabalho e de Finanças, Orçamento e Planejamento a realizar-se amanhã, às dez horas, em ambiente virtual, com a finalidade de apreciar os seguintes projetos de autoria do nobre cônsul do estado: Projeto de lei Complementar nº 4, de 2020; Projeto de lei Complementar nº 5, de 2020.

Esgotado o objeto da presente sessão, está encerrada esta sessão.

* * *

- Encerra-se a sessão às 18 horas e 38 minutos.

* * *

15 DE DEZEMBRO DE 2021

85ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: CARLÃO PIGNATARI e WELLINGTON MOURA
Secretaria: CARLA MORANDO e DOUGLAS GARCIA

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI
Abre a sessão.

2 - PAULO LULA FIORILO
Solicita a suspensão da sessão até as 16 horas e 30 minutos, por acordo de lideranças.

3 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI
Defere o pedido e suspende a sessão às 14h10min.

ORDEM DO DIA

4 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI
Reabre a sessão às 16h30min.

5 - DOUGLAS GARCIA
Solicita uma verificação de presença.

6 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI
Defere o pedido. Determina que seja feita a verificação de presença.

7 - CORONEL NISHIKAWA

Para comunicação, lembra que, hoje, a Polícia Militar do Estado de São Paulo completa 190 anos. Cobra do governo a concessão de reajuste para os policiais.

8 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI
Interrompe a verificação de presença, ao constatar quórum.

Coloca em votação requerimento, do deputado Gil Diniz, de adiamento da discussão do PL 838/21.

9 - DOUGLAS GARCIA

Encaminha a votação do requerimento de adiamento da discussão do PL 838/21, em nome do PTB.

10 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI
Coloca em votação e declara rejeitado o requerimento de adiamento da discussão do PL 838/21.

11 - DOUGLAS GARCIA
Solicita uma verificação de votação.

12 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI
Defere o pedido. Determina que seja feita a verificação de votação, pelo sistema eletrônico.

13 - JANAINA PASCHOAL
Para comunicação, pede aos seus pares que seja cumprido o entendimento feito entre as lideranças no que tange ao PL 668/21.

14 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI
Comenta o pronunciamento da deputada Janaina Paschoal.

15 - CAMPOS MACHADO
Para comunicação, tece críticas ao deputado Gil Diniz. Defende a postura do presidente Carlão Pignatari.

16 - ALTAIR MORAES
Para comunicação, afirma que o acordo entre as lideranças foi rompido pela deputada Monica da Mandata Ativista.

17 - JANAINA PASCHOAL
Declara obstrução do PSL ao processo de votação.

18 - PROFESSORA BEBEL
Declara obstrução do PT ao processo de votação.

19 - BRUNO GANEM
Declara obstrução do Podemos ao processo de votação.

20 - CARLOS GIANNAZI
Declara obstrução do PSOL ao processo de votação.

21 - ALTAIR MORAES
Declara obstrução do Republicanos ao processo de votação.

22 - RICARDO MADALENA
Declara obstrução do PL ao processo de votação.

23 - BARROS MUNHOZ
Declara obstrução do PSB ao processo de votação.

24 - GIL DINIZ
Declara obstrução ao processo de votação.

25 - MARCOS ZERBINI
Declara obstrução do PSDB ao processo de votação.

26 - DANIEL SOARES
Declara obstrução do DEM ao processo de votação.

27 - ADRIANA BORG
Declara obstrução do PROS ao processo de votação.

28 - CONTE LOPES
Declara obstrução do PP ao processo de votação.

29 - SERGIO VICTOR
Declara obstrução do Novo ao processo de votação.

30 - ALEX DE MADUREIRA
Declara obstrução do PSD ao processo de votação.

31 - SARGENTO NERI
Declara obstrução do SD ao processo de votação.

32 - LECI BRANDÃO
Declara obstrução do PCdoB ao processo de votação.

33 - DELEGAÇÃO OLIM
Declara obstrução do PP ao processo de votação.

34